O CONCEITO DE ÍNDIO NA AMÉRICA: UMA CATEGORIA DA SITUAÇÃO COLONIAL¹

GUILLERMO BONFIL BATALLA²

LAIS NARDON MARTINS (TRADUTORA)
UNISINOS, BRASIL

RESUMO: *Na primeira parte, o autor revê as principais formulações que foram propostas para definir o Índio no Novo Mundo. Ele constata que todas elas se baseiam nas características étnicas dos grupos indígenas, portanto inadequadas para abranger os Povos Indígenas como um todo. Como alternativa, ele propõe uma distinção entre as categorias de "Índio" e "grupo étnico". O primeiro levaria a uma categoria supra-étnica, denotando um vínculo específico entre os grupos assim denominados e a sociedade mais ampla da qual fazem parte. Essa relação é colonial por natureza e a categoria de "Índio" é sinônimo de "colonizado", sendo os Índios o povo colonizado do Hemisfério Ocidental. A categoria "grupo étnico", por outro lado, refere-se às unidades históricas específicas que possuem um passado comum e uma série de códigos de comunicação e laços peculiares e distintos. Nesta tese geral, o autor apresenta uma breve revisão da experiência do Índio na história Americana e discute sua situação atual, constatando que a relação colonial persistiu apesar do desaparecimento do regime colonial clássico. Resumidamente, ele discute a posição do segmento Indiano nas sociedades nacionais contemporâneas e sua relação com o modo de produção dominante (capitalismo monopolista dependente). Por fim, várias considerações são feitas a respeito das implicações da tese do autor sobre a orientação atual das políticas indigenistas.*

PALAVRAS-CHAVE: *Indígena, indicadores biológicos, língua indígena, cultura dominante, mestiço.*

ABSTRACT: *In the first part the author reviews the main formulations which have been proposed in order to define the Indian in the New World. He finds that all of them are based on the ethnic characteristics of the indigenous groups, therefore unfit to cover the Indian peoples as a whole. As an alternative he proposes a distinction between the categories of "Indian" and "ethnic group". The former would lead to a supra-ethnic category, denoting a specific linkage between the groups thus denominated and the larger society of which they form part. This relationship is colonial by its nature and the category of "Indian" is synonymous to that of "colonized", the Indians being the colonized people of the Western Hemisphere. The "ethnic group" category, on the other hand, refers to the specific historical units which possess a common past and a series of communication codes and peculiar and distinctive ties. On this general thesis, the author presents a brief review of the experience of the Indian in American history and*

¹ Publicação original: BONFIL BATALLA, Guillermo. El concepto de indio en América: una categoría de la situación colonial. *Anales de Antropología*, Cidade do México, v. IX, p. 105-124, 1972. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/antropologia/article/view/23077>. Acesso em: 12 jul. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.22201/ia.24486221e.1972.0.23077>.

² Guillermo Bonfil Batalla (1935-1991) foi um antropólogo mexicano formado na Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH) de México. Professor da Universidad Nacional Autónoma de México e da Universidad Iberoamericana. Foi também Diretor do Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH) entre 1974 e 1976 e fundador do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), publicou dezenas de artigos e seis livros entre os quais destaca *México profundo: una civilización negada* (1987).

discusses his present situation, finding that the colonial relationship has persisted in spite of the disappearance of the classic colonial regime. Briefly, he discusses the position of the Indian segment in contemporary national societies and its relationship with the dominant mode of production (dependente monopolistic capitalism). Finally, several considerations are expressed regarding the implications of the author's thesis on the current orientation of indigenist policies.

KEYWORDS: *Indigenous, biological indicators, indigenous language, dominant culture, mixed-race.*

A definição de índio ou indígena (termos que neste ensaio são usados indistintamente) não é uma mera preocupação acadêmica, nem um problema semântico. Pelo menos, não é na medida em que se reconhece que o termo em questão designa uma categoria social específica e, portanto, ao defini-la, é imprescindível estabelecer a sua localização no contexto mais amplo da sociedade global a partir da qual faz parte. E isso, por sua vez, está carregado de consequências de todos os tipos, que têm a ver com aspectos teóricos e com problemas práticos e políticos de enorme importância para os países que contam com populações indígenas.

Em primeiro lugar, me proponho revisar criticamente as principais definições que foram desenvolvidas em torno do indígena. Em seguida, apresento minha própria concepção a respeito. Finalmente, aponto algumas implicações da posição que sustento.³

As tentativas de definir o índio

O índio tem evitado constantemente as tentativas que foram feitas para defini-lo. Uma após a outra, as definições formuladas são objeto de análises e confrontação com a realidade, provas em que elas sempre revelam sua inconsistência, sua parcialidade ou sua incapacidade de acomodar a grande variedade de situações e conteúdos culturais que hoje caracterizam os povos da América que chamamos de indígenas.

Algumas abordagens parecem ter sido definitivamente superadas. Em geral, qualquer tentativa de definir a população indígena de acordo com um único critério, é considerada insuficiente. O uso exclusivo de indicadores biológicos, conectado firmemente com a concepção do índio em termos raciais, resulta obsoleto dada a amplitude da miscigenação ocorrida entre populações muito diversas - entre si e dentro de cada uma delas - o que faz que na América todos sejamos mestiços. Porém, ainda nas últimas décadas foram publicados ensaios inteligentes nos quais seus autores pretendiam caracterizar biologicamente os grupos indígenas, ou ainda mais, clamavam contra a confusão da raça indígena com uma classe social, que “só leva a deturpações egoístas das coisas e dificulta a clara compreensão do problema porque elimina, artificialmente, um dos termos principais: o da raça, que nela desempenha um papel preponderante” (MENDIETA Y NUÑEZ, 1942). Nos Estados Unidos, a definição legal de índio inclui ainda considerações sobre a porcentagem de sangue indígena dos indivíduos (BEALE, 1955)⁴.

O critério linguístico é o mais frequentemente utilizado para as estimativas censitárias da população indígena. Porém, o uso de línguas aborígenes também não é um indicador suficiente; um país como o

³ A elaboração desse esquema foi constantemente estimulada pelas discussões que o autor realizou sobre tais temas nos seminários que dirigiu no Museu Nacional do Rio de Janeiro, Brasil (1970), na Universidade Nacional Autônoma do México e na Universidade Ibero-Americana (1971), bem como no Colóquio sobre fricções interétnicas na América do Sul, realizado em Barbados, em fevereiro de 1971.

⁴ Convém acrescentar que os recentes movimentos indígenas nesse país têm feito uso frequente do conceito de raça para designar a si mesmos.

Paraguai apresenta um exemplo extremo da inadequação entre o setor da população que fala uma língua indígena e o grupo social denominado índio, já que 80% dos paraguaios falam o guarani e apenas 2,6% da população total é considerada indígena (BORGOGNON, 1968; ANUARIO INDIGENISTA, 1962)⁵. Em geral, em todos os países há um setor de índios que não falam a língua aborígine, assim como um número de falantes dessas línguas que não são definidos como indígenas. Ambas as situações não são compostas apenas de casos individuais, mas podem se referir a comunidades inteiras.

A cultura, no sentido globalizante que se dá a esse termo na antropologia, tem sido o critério mais privilegiado para basear a definição de indígena. Os índios, se diz, participam de culturas diferentes da Europa Ocidental, que é a cultura dominante nas nações americanas. “São indígenas - afirma Comas - aqueles que possuem predomínio de características de cultura material e espiritual peculiares e diferentes do que passamos a chamar de “cultura ocidental” (COMAS, 1953). Nenhuma tentativa é feita para definir qual é a cultura indígena; no máximo, se indica que aquela tem seu ponto de partida nas culturas pré-colombianas. Então, por exemplo, Gamio escreveu:

Um índio, propriamente, é aquele que, além de falar exclusivamente sua língua nativa, conserva em sua natureza, em sua forma de vida e de pensar, numerosos traços culturais de seus antecessores pré-colombianos e poucos traços culturais ocidentais (GAMIO, 1957).

E, de sua parte, León-Portilla acrescenta:

em nosso meio, quando se pronuncia a palavra “indígena”, pensa-se fundamentalmente no homem pré-hispânico e nos seus descendentes contemporâneos que têm menos fusão étnica, e sobretudo cultural, que têm com gentes vindas de fora, posteriormente (LEÓN-PORTILLA, 1966).

Na definição bem conhecida formulada por Alfonso Caso (1948),⁶ se entende o fato de que em muitos grupos indígenas a proporção de elementos de origem pré-colombiana já é mínima; por isso que o autor indica que o critério cultural (um dos quatro que usa; os outros três são o biológico, linguístico e psicológico):

consiste em demonstrar que um grupo utiliza objetos, técnicas, ideias e crenças de origem indígena ou de

⁵ O dado sobre falantes do guarani procede de Borgognon (1968), e a porcentagem de população indígena é uma estimativa do Anuario Indigenista (1962), de onde se calcula um total de 64 mil índios nos Paraguai.

⁶ “É índio – ele diz - todo indivíduo que se sente pertencente a uma comunidade indígena; que concebe a si mesmo como indígena, porque esta consciência coletiva não pode existir senão quando se aceita totalmente a cultura do grupo; quando se tem os mesmos ideais éticos, estéticos, sociais e políticos do grupo, quando você participa das simpatias e antipatias coletivas e se está de boa vontade colaborando em suas ações e reações.” (CASO, 1948)

origem europeia, mas adotadas, de grau ou por força, entre os indígenas, e que, entretanto, já desapareceram da população branca (CASO, 1948, p. 245).

O contraste frente a cultura dominante é preservado: a cultura do grupo indígena poderia estar predominantemente composta por elementos de origem europeia; mas o fato de que tais características não estão mais em vigor entre a população “branca” permitiria defini-la como uma cultura diferente. O que importa, de acordo com Caso, não é o conteúdo específico da cultura, nem a proporção de características pré-colombianas que contém, mas sim que continue a ser considerada uma cultura indígena e que seus portadores continuem a sentir que fazem parte de uma comunidade indígena. Voltarei a esse aspecto mais adiante.

Aqueles que se sentem índios na América, ou são considerados como tais, formam um grupo muito diferente em cujo seio é fácil encontrar contrastes mais violentos e situações mais distantes umas das outras do que aquelas que separam certas populações indígenas de seus vizinhos rurais que não se enquadram nessa categoria. Se você pensa, por exemplo, que ainda existem grupos de caçadores e coletores na bacia amazônica, que permanecem quase sem contato com a população nacional, e se você comparar sua situação e sua cultura com as dos zapotecas do Istmo de Tehuantepec, você estará de acordo em que, mesmo que ambos sintam pertencer a uma comunidade indígena — ou melhor, ainda que atribuamos a ambos a qualidade de índio —, essa identidade tem pouco valor heurístico e é, por si mesma, incapaz de explicar a condição diferente dos dois grupos, nem as razões para agrupá-los na mesma categoria.

Diante da situação descrita, alguns antropólogos levantaram a impossibilidade de se chegar a uma definição universalmente válida do índio. Pedro Carrasco (1951), por exemplo, apontou duas alternativas: ou se tratava de uma definição arbitrária, escolhida pelo pesquisador em função do problema específico que ele deseja estudar - e, portanto, de valor apenas em termos daquela pesquisa particular -, ou foi reconhecido que o índio é uma categoria social peculiar de certos sistemas sociais e se estudava objetivamente em cada um deles, sem pretender dar a esta categoria um alcance mais amplo do que o que tem na sociedade em questão. “O conceito de índio - conclui Carrasco - varia em seu conteúdo real nas diferentes regiões, e não existe uma definição válida em todos os lugares”. Por outro lado, chegou até a negar o índio e a tachar de discriminatória a política indigenista (FUENTE, 1965b).

O debate sobre a definição de índio atingiu seu clímax em meados da década de quarenta.⁷ Naqueles mesmos anos, atingiu o auge uma

⁷ O Segundo Congresso Indígena Interamericano, realizado em 1949 em Cuzco, Peru, aprovou a seguinte definição que dá uma ideia da confusão que prevalece: “O índio é descendente dos povos e nações pré-colombianas que têm a mesma consciência social da sua condição humana, também considerada por eles próprios e estranhos, no seu sistema de trabalho, na sua língua e na sua tradição, embora estes tenham sido modificados por contatos com estranhos. O índio é a expressão de uma consciência social vinculada aos sistemas de trabalho e à economia, com uma língua própria e a respectiva tradição nacional dos povos ou nações indígenas.” (ACTAS FINALES DE LOS TRES PRIMEROS CONGRESOS INDIGENISTAS INTERAMERICANOS, 1959)

corrente de opinião que pugnava por uma definição funcional e utilitária, à margem do academicismo que já soava bizantino, e destinada unicamente a delimitar de maneira convincente quais deviam ser os setores da população que seriam objeto de uma política especial: a política indigenista (LEWIS; MAES, 1945). A condição do índio resultava, dentro dessa nova perspectiva, uma questão de grau: os índios estavam menos equipados que outros grupos para a convivência dentro da sociedade dominante, razão pela qual se revelaram o setor mais explorado; a indianidade se identificava com um núcleo de costumes rústicos e com o atraso, e era algo que podia e devia ser eliminado (FUENTE, 1965a). Esta corrente continua até hoje e encontra sua expressão mais desenvolvida nos recentes trabalhos de Ricardo e Isabel Pozas (1971), que destacam:

Se denomina índios ou indígenas os descendentes dos habitantes nativos da América - a quem os descobridores espanhóis, por acreditarem ter chegado às Índias, chamaram de índios - que conservam algumas características de seus ancestrais em virtude das quais se situam econômica e socialmente em nível de inferioridade em relação ao restante da população, e que, normalmente, se distinguem por falarem as línguas de seus ancestrais, fato que determina que também sejam chamadas de línguas indígenas,

e prossegue mais adiante:

Fundamentalmente, a qualidade do índio se dá pelo fato de o sujeito assim denominado ser o homem mais facilmente explorado dentro do sistema; os demais, embora também distintos e retardadores, são secundários (POZAS; POZAS, 1971).

Darcy Ribeiro (1971) também explora esse caminho e considera a indianidade uma forma de desajuste frente à sociedade nacional.

O índio como categoria colonial

Do exposto anteriormente conclui-se que, a definição do índio não pode se basear na análise das particularidades próprias de cada grupo; as sociedades e as culturas chamadas indígenas apresentam um espectro de variações e contrastes tão amplos que nenhuma definição baseada em suas características internas pode incorporá-los a todas, sob pena de perder qualquer valor heurístico.

A categoria de índio, com efeito, é uma categoria supra-étnica que não denota nenhum conteúdo específico dos grupos que abarca, mas sim uma relação particular entre eles e outros setores do sistema social global do qual os índios fazem parte. A categoria de índio denota a condição de colonizado e faz uma referência necessária à relação colonial.

O índio nasceu quando Colombo tomou posse da Ilha Hispaniola em nome dos Reis Católicos. Antes do descobrimento europeu, a população do Continente Americano era formada por uma grande quantidade de sociedades diferentes, cada uma com sua própria identidade, que se encontravam em diferentes graus de desenvolvimento evolutivo: desde as altas civilizações da Mesoamérica e dos Andes, até os grupos de coletores da floresta amazônica. Embora houvesse processos de expansão dos povos mais avançados (incas e mexicas, por exemplo) e já houvessem consolidado vastos domínios politicamente unificados, as sociedades pré-hispânicas apresentavam um mosaico heterogêneo de diversidades, contrastes e conflitos de todas as ordens. Não existiam "índios" ou qualquer conceito que qualificasse uniformemente toda a população do Continente.⁸

Esta grande diversidade interna é anulada a partir do mesmo momento em que se inicia o processo de conquista: as populações pré-hispânicas verão sua especificidade histórica mascarada e vão se tornar, dentro da nova ordem colonial, um ser plural e uniforme: o índio / os índios. A denominação exata variou durante os primeiros tempos da colônia; falava-se de "naturais" antes que o erro geográfico voltasse aos seus privilégios históricos e se impusesse o termo de índios. Mas, no final das contas, o que importa é que a estrutura de dominação colonial impôs um termo diferencial para identificar e marcar o colonizado.

Essa categoria colonial (os índios) foi aplicada indiscriminadamente a toda a população aborígine, sem levar em conta nenhuma das profundas diferenças que separavam os diferentes povos e sem fazer concessões às identidades pré-existentes. Tal atitude generalizante é necessariamente compartilhada por todos os setores do mundo colonizador e está bem exemplificada nos depoimentos que revelam a mentalidade dos missionários: para eles, os índios eram infiéis, gentios, idólatras e hereges. Não cabe nesta visão nenhum esforço para fazer distinções entre as várias religiões pré-hispânicas; o que importa é o contraste, a relação excludente frente à religião do conquistador. Assim, todos os povos aborígenes são equiparados, porque o que conta é a relação de domínio colonial em que cabem apenas dois polos antagônicos, excludentes e necessários: o dominador e o dominado, o superior e o inferior, a verdade e o erro.

Na ordem colonial, o índio é o vencido, o colonizado. Todos os dominados, real ou potencialmente, são índios: os incas e os piles, os fazendeiros e os caçadores, os nômades e os sedentários, os guerreiros e os sacerdotes; aqueles que já estão subjugados e aqueles que moram além da fronteira colonial, sempre em expansão; os próximos, aqueles conhecidos apenas por referências e aqueles que somente se imagina ou se intui. De uma só vez, ao mesmo tempo, todos os habitantes do mundo pré-colonial americano entram na história europeia ocupando o mesmo

⁸ Havia algumas denominações genéricas, como a de "chichimecas", que os mexicas usavam de forma depreciativa para se referir aos povos que viviam além da fronteira norte da Mesoamérica. No entanto, os nomes que muitos povos aborígenes dão a si mesmos significam conceitos como "os homens", "os homens verdadeiros" e outros semelhantes.

lugar e designados pelo mesmo termo: nasce o índio, e sua bisavó e parteira é o domínio colonial.

A consolidação gradual do regime colonial vai explicitando o conteúdo da categoria índio dentro do sistema. A colônia desloca a ordem anterior e vai estruturando uma nova, que é hierarquicamente estruturada e baseada na exploração do setor recém-inventado: o índio. O colonizador gradualmente se apropria das terras de que necessita; subjuga, organiza e explora a força de trabalho dos índios; ele inicia novas empresas coloniais sempre baseadas na disponibilidade dos índios; estabelece uma ordem jurídica para regular - e acima de tudo para garantir - o domínio colonial; modifica compulsivamente a organização social e os sistemas culturais dos povos dominados, na medida em que tais alterações são necessárias para o estabelecimento, consolidação e crescimento da ordem colonial.

Como toda estrutura colonial, o mundo euro-americano é um mundo dividido e bipolar. A ordem hierárquica aqui admite apenas duas instâncias; o colonizador e o colonizado. A correspondente racionalização postula a supremacia do colonizador com base na superioridade de sua raça ou de sua civilização. A situação colonial implica, como apontou Georges Balandier (1963 e 1966), um verdadeiro choque de civilizações. A diferença cultural entre colonizador e colonizado não é um mero acréscimo ao sistema de domínio colonial, mas um elemento estrutural indispensável. Daí, precisamente, que esta é a única distinção cultural que conta (e aqui, ao dizer-se cultural, estão abarcadas também distinções raciais reais ou somente postuladas) e que é necessário assumir e enfatizar: não importam quão diferentes entre si os colonizados, o que importa mesmo é que são diferentes do colonizador. Por isso são índios, genericamente.

Como entender o processo de mestiçagem neste contexto? Não é evidente que a própria presença do mestiço anula a abordagem anterior, ou seja, a estrutura bipolar do regime colonial? Vale lembrar, em primeiro lugar, a distinção entre a mestiçagem biológica e a categoria social do mestiço; aqui refiro-me a este último, sem ignorar que o mestiço é, ao mesmo tempo que um segmento da sociedade colonial, um produto da mistura biológica entre colonizadores e colonizados, mas entendendo que além dos socialmente classificados como mestiços, houve também os frutos de uma ampla miscigenação que permaneceu ligada à população indígena e, certamente, também à crioula.

O regime colonial ibero-americano demandava uma camada social capaz de desempenhar uma série de tarefas (administrativas, de serviços, de mediação ou mediatização) que a população puramente colonizadora - isto é, os peninsulares espanhóis e os crioulos - não eram suficientes para cobrir. O funcionamento de um empreendimento colonial em expansão e crescentemente complexa criava, dia após dia, novas funções que não podiam ser desempenhadas pelo grupo dominante, mas que, ao mesmo tempo, não podiam ser colocadas nas mãos da população colonizada, uma vez que correspondiam, em maior ou menor grau, à estrutura do domínio. Os mestiços, como categoria social, como um setor distinto da população indígena, foram o expediente adequado que o

sistema colonial utilizou para suprir essa carência. Sobre este grupo se exerceu uma intensa ação aculturativa que deu por resultado seu desenraizamento do setor colonizado (que em geral coincidia com sua filiação materna); a eles foi destinado legalmente uma série de ocupações diferentes daquelas admitidas ao índio; se concederam privilégios que os confrontavam com os índios e, por fim, foram atribuídos a um status social diferente e superior ao do que era ocupado pelos colonizados, embora também subordinados à camada colonizadora estritamente definida. Em outras palavras, os mestiços podem ser vistos como um setor de origem colonizada que o aparato colonial cooperou para incorporá-los à sociedade colonizadora, atribuindo-lhes uma posição subordinada dentro dela. Visto assim, o mestiço não é um elo, uma ponte ou nem uma camada intermediária entre colonizadores e colonizados, mas um segmento particular do mundo colonizador, cuja emergência responde às necessidades específicas do regime dominante.

Outra é a condição do negro dentro da estrutura colonial. Ele forma a segunda categoria do mundo colonizado e por isso se identifica com o índio. Mas representa uma força de trabalho complementar ou suplementar à da massa colonizada; é destinado a tarefas diferentes — em geral, a empresas coloniais que não tinham equivalente nas culturas pré-hispânicas —; ele é adjudicado de um status inferior ao do índio; é o escravo adquirido por compra, cuja humanidade é negada com mais teimosia e por mais tempo do que o índio, é dizer que ele é coisificado⁹ em maior grau. Sua importância será variável nas diferentes colônias americanas, em função da quantidade e das condições da população indígena nas várias áreas: em algumas, será apenas um suplemento comparativamente restrito, em outras, ela se tornará a massa fundamental dos colonizados. Consequentemente, marcará os regimes coloniais com intensidade diferente e terá em diversos graus as características das futuras nações americanas. Por outro lado, no tratamento da população de origem africana, encontram-se muitos elementos semelhantes aos que definem a condição do índio como colonizado, apenas que frequentemente são acentuados pelo regime escravista; assim, por exemplo, a "marca de plural": a falta de discriminação quanto às suas origens e filiações étnicas, a negação da sua individualidade, o englobamento dentro de uma mesma categoria (o negro / os negros) (MEMMI, 1966). "Negro" e "índio" são, em suma, as duas categorias que designam os colonizados na América.

Os dois segmentos que compõem a sociedade colonial são definidos por sua relação assimétrica e essa assimetria se manifesta em todas as ordens de vida e conforma-se, consequentemente, uma situação total. Dentro dela, o índio é o colonizado e, como tal, só pode ser compreendido pela relação de dominação a que o colonizador o submete. No processo de produção, na ordem jurídica, no convívio social cotidiano,

⁹ No texto original, Guillermo Bonfil Batalla utiliza a expressão “se le reifica”, e, portanto, como reificar significa a transformação de algo abstrato em algo real, operar a coisificação, entendemos que apresentar a reificação através de seu sinônimo coisificação, “ele é coisificado”, aproxima o leitor da brutalidade e da perda de humanidade com a qual a empreitada colonial categorizou as pessoas negras, escravizadas na América.

nas representações coletivas e nos estereótipos dos dois grupos, se expressa sempre a diferenciação e a posição hierárquica de ambos: o amo e o escravo, o dominador e o dominado.

A invenção do índio, ou o que é o mesmo, a implantação do regime colonial na América, significa uma ruptura total com o passado pré-colombiano. Não importa quão abundantes e significativas podem ser as evidências de continuidade, de persistência de elementos culturais entre a população aborígene, o certo é que o índio nasce então e com ele a cultura indígena: a cultura do colonizado que só resulta inteligível como parte da situação colonial. Todos os traços das culturas pré-hispânicas vigentes no momento do contato, a partir daí, adquirem um novo significado: já não são mais eles mesmos, mas partes do sistema maior que também abarca a cultura da conquista. Como isso não pode ser entendido como um simples transplante da Europa para a América - como tem mostrado Foster (1962) -, assim, tampouco é possível entender a cultura indígena como uma perpetuação das culturas originais durante o período colonial. Mas menos ainda no caso da cultura indígena, porque a cultura da conquista é a do grupo dominante, enquanto aquela é a dos povos subjugados; a primeira é modificada para se adaptar a um ambiente novo, mas sua cultura mãe, da qual pretende ser uma expressão transposta, permanece autônoma e oferece um marco de referência vigente, enquanto que a cultura indígena é compulsivamente alterada, é mutilada, permanece impedida de qualquer desenvolvimento autônomo, ao mesmo tempo que suas diretrizes de referência originais perdem aceleradamente a validade e se tornam opacas no passado para se transformarem gradualmente em mito ou nada.

Embora a situação colonial homogeneíze os povos dominados e os inclua na mesma categoria; mesmo que, em muito, o processo de aculturação compulsiva, a serviço dos interesses coloniais imponha diretrizes idênticas e aponte para uma equalização efetiva em alguns setores das culturas originárias, não se pode concluir, daí, que o processo colonial tenha feito uma tábula rasa das diferenças preexistentes entre as sociedades subjugadas. Isto, assim, aconteceu por razões de duas ordens: primeiro, porque o efeito final da aculturação compulsiva não depende apenas da intenção colonizadora, mas também da matriz cultural anterior em que ocorreram as mudanças; segundo, porque está dentro das necessidades da ordem colonial evitar uma coesão crescente dentro do setor colonizado.

É inegável que o efeito da política colonial - que em certo nível pode ser considerado unívoco - não era o mesmo em todas as populações aborígenes submetidas ao mesmo poder colonial. A diversidade dos resultados concretos obedecia a um complexo entrelaçamento de diferentes causas, mas entre elas as condições particulares têm um peso de importância singular de cada sociedade colonizada. Um campo em que este processo diferencial é evidente, é o dos resultados da evangelização. Aqui, a formação religiosa particular de cada grupo foi um fator de indubitável importância e seu efeito se manifesta nos fenômenos comumente designados como sincréticos. Em outros aspectos, pense apenas nos resultados da política de redução e congregação, e nos

problemas extremamente diversos apresentados pelos vários grupos de acordo com sua organização social peculiar e seu sistema de produção específico.

Por outro lado, as medidas adotadas pelo regime colonial para fragmentar lealdades anteriores e impedir o surgimento de novas e mais amplas entre os colonizados, foram muitas e de ordens diferentes. Como tendência geral, pode-se apontar a reorganização e reforço da estrutura da comunidade local com sua conseqüente identidade paroquial, limitada aos seus próprios termos em virtude de sua estrutura de poder, que minimizava a possibilidade de comunicação horizontal e isolava cada unidade local, mediando todos os seus canais de comunicação em uma primeira instância de poder já controlada diretamente pelo aparelho colonial. Em outras palavras, cada unidade indígena local poderia administrar seus assuntos internos até certo ponto, até mesmo por meio de suas próprias autoridades, mas a conexão com outras comunidades não podia ser feita diretamente (horizontalmente), mas por meio de funcionários superiores que faziam parte do setor colonizador. Além dessa estrutura arbórea, e reforçando-a, os motivos artificiais de conflito entre as comunidades vizinhas (por terra e água, quase sempre) se multiplicaram, colocando-se mais uma barragem na possibilidade de solidariedade entre os colonizados. O estudo de Fernando Fuenzalida (1970) sobre a matriz colonial das comunidades tradicionais, no altiplano andino, mostra um excelente exemplo desse processo.

Em suma, as culturas aborígenes sofrem o efeito da situação colonial integrando em seu seio os resultados de tendências aparentemente contraditórias, mas que são consistentes e explicáveis no contexto colonial. Por um lado, elas são modificadas em um sentido convergente para se ajustar à situação que os iguala dentro do sistema: a das culturas colonizadas; por outro, são particularizadas por assimilar diferencialmente as medidas aculturativas uniformes, com base em sua matriz cultural específica, ao mesmo tempo que as unidades étnicas maiores são fragmentadas e reorganizadas em sociedades locais que respondem à estrutura de dominação dentro do regime colonial.

Dentro do sistema total, o colonizado é uno e plural (o índio / os índios), formando uma categoria única que engloba e padroniza o setor dominado; internamente, ele se desintegra em múltiplas unidades locais que enfraquecem antigas lealdades ao enfatizar a identidade paroquial. Pode-se afirmar, com Luis Beltrán (1969), que a sociedade colonial é dual em sua estrutura básica e plural no setor colonizado.

Para concluir esta argumentação, é necessário repetir seus postulados iniciais: o termo índio pode ser traduzido como colonizado e, conseqüentemente, denota o setor que está subjugado em todas as ordens dentro de uma estrutura de dominação que implica a existência de dois grupos cujas características étnicas diferem, e em que a cultura do grupo dominante (o colonizador) é postulada como superior. O índio é uma categoria supra-étnica, produto do sistema colonial, e só pode ser entendido como tal.

Os índios na América de hoje

A falência do império colonial europeu na América devia colocar o índio em uma nova situação. Os aspectos puramente formais deste problema foram atacados por alguns libertadores desde o momento da independência. Assim, por exemplo, San Martín ordenou em seu decreto de 27 de agosto de 1821: “A partir de agora, os aborígenes não serão mais chamados Índios ou Naturais; eles são filhos e cidadãos do Peru e com o nome de 'Peruanos' devem ser conhecidos” (LIPSCHUTZ, 1956). Infelizmente, o desaparecimento do índio não se reduziu a uma simples mudança de nome. A estrutura social das nações recém-inauguradas conservou, em linhas gerais, a mesma ordem interna estabelecida durante os três séculos anteriores e, conseqüentemente, os índios continuaram como uma categoria social que denota ao setor dominado sob formas coloniais, agora dentro dos países politicamente independentes.

Mais ainda: muitos povos aborígenes permaneceram até meados do século XIX em um estado de virtual independência, ocupando vastas áreas que a sociedade colonial não havia exigido, ou não foi capaz de incorporar efetivamente. Os países independentes teriam que sustentar sua economia nacional na exploração desses territórios, levando em consideração a desintegração dos antigos impérios coloniais e a necessidade de reorientar seus empreendimentos econômicos em um novo contexto no qual deveriam se vincular à economia mundial de uma forma diferente, àquela que caracterizou as colônias. Dois casos, entre muitos outros, mostram claramente esta situação. Em primeiro lugar, a conquista do Oeste na América do Norte: um processo pelo qual uma enorme extensão territorial que permanecera apenas nominalmente atribuída às metrópoles espanhola e inglesa, mas que na verdade permaneceu ocupado por um grande número de grupos indígenas autônomos e beligerantes, torna-se uma parte real das novas nações, as quais, para dominá-los, não terão apenas que lutar contra os índios, mas entre elas mesmas. O segundo caso é o da conquista do deserto, como se chamou a expansão Argentina para o sul, ocupando os pampas e a Patagônia, que, durante a época colonial, eram somente terras de índios. Em ambos os exemplos fica claro que a independência e a formação das nações americanas repercutiram em um novo impulso à expansão territorial; mas o que é mais importante: a atitude "nacional" em relação a essa expansão, a atitude em relação aos índios que ocupavam as terras a serem conquistadas, foi precisamente uma atitude de conquista, que em nada se distingue daquela que caracterizou os colonizadores europeus da séculos XVI para XVII. A leitura mais superficial dos documentos da época revela semelhanças marcantes com os cronistas clássicos da conquista. O índio continua aparecendo nelas com as mesmas características que tinha no século XVI, aos olhos atônitos dos primeiros expedicionários: os mesmos estereótipos, os mesmos preconceitos, consolidados por mais de 300 anos de domínio colonial que, como já observei, exigiam essas imagens para racionalizar a ordem de domínio e exploração vigente.

E o processo ainda está acontecendo. Milhões de quilômetros quadrados da grande bacia amazônica ainda são, para todos os efeitos práticos, terras desconhecidas habitadas apenas por índios - ou, como é dito com mais frequência e de maneira muito reveladora: terra desabitada. O Brasil e os demais países que com ele compartilham esse enorme território, imaginam a porção que lhes corresponde de maneira muito semelhante a como eram imaginados Eldorado e as cidades de Cíbola nos primórdios da colônia. As frentes de expansão das sociedades nacionais mordiscam incessantemente os limites do que ainda hoje é chamado de "fronteira da civilização"; são os novos territórios de conquista e, como tais, os índios que neles habitam são nossos inimigos - ainda que as respectivas leis os declarem cidadãos deste ou daquele país. O tempo parou: o índio deve ser dominado, "civilizado", cristianizado; qualquer resistência sua, real ou imaginária, justifica o genocídio - etapa extrema do etnocídio constante. O apetite por terra é insaciável - e na América, a terra tem índios.

Os exemplos anotados já correspondem à vida independente das nações americanas. Por serem casos extremos, situações limítrofes, mostram mais claramente do que outros que a presença do índio indica a persistência da situação colonial. Índio e situação colonial são, aqui, termos indissociáveis e uma conduz à outra.

Espero que tenha ficado suficientemente claro que a categoria de índio ou indígena é um produto necessário do sistema colonial na América. É, evidentemente, uma categoria supra-étnica que abarca indiscriminadamente uma série de contingentes de afiliação histórica diversa, cuja única referência comum é a de estar destinados a ocupar, dentro da ordem colonial, a posição subordinada que corresponde ao colonizado. O problema consistiria em definir se a persistência da categoria social indígena corresponde efetivamente à persistência de uma situação colonial, ou se ela deve ser entendida como um resquício que não é mais sustentado pela ordem social — colonial — que lhe deu origem.¹⁰

Agora não é o momento de entrar completa e profundamente na complexa controvérsia que se desencadeou na América Latina em torno de conceitos como colonialismo interno, sociedade dual ou plural, marginalidade e outros do mesmo teor; mas, sem dúvida, o tema que discuti toca diretamente nessa problemática e é necessário apontar expressamente suas principais implicações a esse respeito.

Parece-me que a documentação etnográfica disponível - embora tal literatura, por desgraça, tenha sido com frequência completamente cega para esse tipo de problema - é abundante em pistas sobre a forma como as sociedades indígenas estão estruturadas dentro das sociedades nacionais, e que o quadro que elas gradualmente nos revelam, apesar de ser fragmentário e borrado, nos permite para apreciar um tipo de relações cuja natureza colonial é evidente.

O caráter colonial destas relações não implica que sejam relações pré-capitalistas, ou que não correspondam a uma ordem em que o modo

¹⁰ Essa é a posição que sustentam R. e I. Pozas na sua obra anteriormente citada.

de produção dominante seja o capitalismo. De fato, o colonialismo dos tempos modernos, a partir da era dos grandes descobrimentos que abriu caminho para a expansão europeia, é fruto do capitalismo e tem acompanhado este modo de produção em suas várias etapas. Em outras palavras: as relações coloniais (sejam internas ou externas), não somente não são incompatíveis nem estão em contradição com o modo de produção capitalista, mas só pode ser entendido como um produto do regime capitalista. Contudo, nem todas as relações de produção dentro da ordem capitalista são relações coloniais, nem podem ser identificadas, conseqüentemente, relação colonial com relação capitalista. O que define especificamente uma situação colonial — e nisto procuro seguir as ideias de Georges Balandier (1963) — é o fato de se tratar de uma situação total que envolve necessariamente dois grupos étnicos distintos, um dos quais, portador de uma civilização com tecnologia de domínio mais avançada, que se impõe sobre o outro em todas as ordens e justifica e racionaliza esse domínio em nome da superioridade racial, étnica ou cultural dogmáticamente afirmada. Assim entendida, a relação colonial é uma categoria em um nível diferente daquele do modo de produção.

Voltando agora à reflexão sobre a situação das populações indígenas, deve-se notar, então, que sua vinculação com o restante da sociedade nacional pode ser postulada como uma relação colonial, sem negar a natureza capitalista (dependente) que ainda caracteriza a estrutura econômica das nações latino-americanas nas quais existe uma população indígena. A situação que persiste nas regiões indígenas e nas frentes de contato (ou atrito, como esclarece Cardoso de Oliveira, 1962) entre sociedades nativas e agentes de sociedades nacionais, iria se conformar uma situação colonial.

Os indícios de tal situação colonial são abundantes na literatura antropológica, e não cabe nos limites deste artigo nenhuma tentativa aparente de documentá-los sistematicamente; mas o leitor familiarizado com essas questões será capaz de lembrar facilmente o contexto de discriminação que prevalece nessas áreas, a grande variedade de formas de dominação política e ideológica e de exploração econômica que ocorrem dentro dela para o benefício imediato de uma minoria de não-índios, bem como o papel desempenhado pelas diferenças socioculturais entre as populações indígenas e as nacionais.¹¹ O contraste entre esse tipo de relação e as que podemos chamar propriamente de capitalistas, não está no fato de que nas primeiras não envolvem uma forma de exploração econômica em benefício da burguesia nacional e/ou internacional, mas na forma como tal exploração se realiza, e na medida em que exige um contexto sociocultural com características peculiares que, ao mesmo tempo, possibilita a exploração colonial.¹² O papel que os setores indígenas desempenham nas estruturas nacionais é uma questão a ser analisada, mas o que me parece claro é que sua caracterização não se esgota - e sim, por outro lado, é obscurecida - quando um excesso de

¹¹ Veja por exemplo, no caso do México, G. Aguirre Béltran, (1967).

¹² Aqui atribuímos ao conceito de exploração um significado primordialmente econômico, entendido como o processo de transferência dos excedentes de produção, do grupo de produtores para outro ou outros, sem reciprocidade.

simplificação destina-se à classificá-los sob títulos como proletários ou exército industrial de reserva. A este respeito, o estudo de José Nun (1969) sobre a marginalidade na América Latina é, em minha opinião, um bom exemplo do tipo de análise que esta problemática requer.

Índios e etnias

A conceituação do índio como uma categoria social da situação colonial na América carrega uma série de implicações muito importantes, dentre as quais vou me referir aqui apenas a uma: a distinção entre índios e etnias.

A categoria índio ou indígena é uma categoria analítica que nos permite compreender a posição que o setor da população, assim designada, ocupa dentro do sistema social mais amplo do qual faz parte: define o grupo submetido a uma relação de domínio colonial e, conseqüentemente, é uma categoria capaz de dar conta de um processo (o processo colonial) e não apenas a partir de uma situação estática. Ao entender o índio como colonizado, o apreendemos como um fenômeno histórico, cuja origem e persistência são determinadas pelo surgimento e continuidade de uma ordem colonial. Conseqüentemente, a categoria de índio implica necessariamente na sua oposta: o colonizador. O índio se revela como um polo de uma relação dialética, e somente assim visto é compreensível. O índio não existe por si mesmo, mas como parte de uma dicotomia contraditória cuja superação - a libertação do colonizado - significa o desaparecimento do próprio índio.

A etnia, como categoria aplicável para identificar unidades socioculturais específicas, acaba sendo uma categoria mais descritiva do que analítica. Na verdade, se falamos de sioux, tarahumara, aymara ou tobas, estamos nos referindo às características distintivas de cada um desses grupos e não à sua posição dentro das sociedades globais das quais fazem parte; estamos nomeando entidades históricas que outrora foram autônomas, hoje estão colonizadas e no futuro terão sido liberadas, sem que a passagem de uma condição a outra faça necessariamente com que desapareçam, pois não se definem por uma relação de domínio - como o índio - mas pela continuidade de sua trajetória histórica como grupos com identidade própria e distinta. A identidade étnica, é claro, não é uma condição puramente subjetiva, mas o resultado de processos históricos específicos que dotam o grupo de um passado comum e de uma série de formas de relações e códigos de comunicação que servem de fundamento para a persistência de sua identidade étnica.

É evidente que as etnias submetidas sofreram os efeitos da situação colonial. Muitos grupos desapareceram durante quatro séculos e meio de colonização; outros estão em vias de extinção. Um bom número de etnias se fragmentou como resultado do mesmo processo. Em maior ou menor grau, a cultura indígena - isto é, a cultura do colonizado - substituiu elementos comuns pelo que antes eram características distintivas

particulares, reduzindo assim a base étnica distintiva, mas ampliando o fundamento da identidade comum do colonizado.

A libertação do colonizado - a falência da ordem colonial - significa o desaparecimento do índio; mas o desaparecimento do índio não implica a supressão das entidades étnicas, mas o contrário: abre a possibilidade de retomarem em suas mãos o fio da sua história e voltarem a ser novamente os condutores do seu próprio destino.

Já existem exemplos que apontam na direção indicada. Julio de la Fuente (1965a) relata em um de seus trabalhos que os zapotecos do Istmo de Tehuantepec rechaçam a denominação de índios, mas não a de zapotecas nem a de tehuanos. Aparentemente, a estrutura de dominação colonial naquela região foi quebrada e isso deu lugar ao surgimento de uma identidade étnica regional desligada da categoria indígena. Em outros casos, a denominação étnica não persistiu, embora subsista uma organização cultural distinta; tal seria a situação na cidade de Cholula e na vizinha área "mestiça" (BONFIL BATALLA) As condições que determinam a persistência de uma identidade étnica específica, ou sua transformação em uma consciência regional distinta - uma vez quebrado o vínculo colonial - seria um dos problemas a serem estudados na perspectiva aqui proposta.

Esta abordagem se relaciona de maneira clara e inevitavelmente à política indigenista. Em primeiro lugar, porque por não ter feito uma distinção clara entre índios e etnias, caiu na confusão de propor como meta o desaparecimento das etnias e não dos índios - isto é: da ordem colonial. Por não reconhecer que o problema indígena reside nas relações de domínio que subjagam os povos colonizados, o indigenismo geralmente derivou - na teoria, mas sobretudo na prática - o estabelecimento de linhas de ação que buscam a transformação induzida - e às vezes compulsiva - das culturas étnicas, ao invés da quebra de estruturas de domínio. Para a solução do problema, a política indigenista levanta como condição implícita e prévia o desaparecimento das etnias - quando, como vimos, o desaparecimento do índio obedecerá a um processo alheio àqueles que determinarão a dissolução ou o reforço das entidades étnicas. Por fim, o indigenismo parece considerar o pluralismo cultural é um obstáculo à consolidação nacional; na realidade, não é a pluralidade étnica que impede a forja nacional, mas a natureza das relações que unem os diversos grupos e, no caso indígena, a situação colonial que lhe dá origem.

Referências bibliográficas

ACTAS FINALES DE LOS TRES PRIMEIROS CONGRESOS INDIGENISTAS INTERAMERICANOS, Comité Organizador del IV Congreso Indigenista Interamericano, Guatemala, 1959.

AGUIRRE BELTRÁN, G. **Regiones de refugio**, Instituto Indigenista Interamericano, México, 1967.

ANUARIO INDIGENISTA, XXII, México, 1962.

BALANDIER, G. **Sociologie actuelle de l'Afrique Noire**, Presses Universitaires de France, Paris, 1963.

BALANDIER, G. "The colonial situation: a theoretical approach". In: WALLERSTEIN, I. (Ed), **Social change. The colonial situation**, John Wiley & Sons Nueva York, 1966.

BEALE, C. "Características demográficas de los indios de los Estados Unidos", **América Indígena**, XV: 2, México, 1955.

BELTRÁN, L. "Dualisme et pluralisme en Afrique tropical indépendante", **Cahiers internationaux de sociologie**, 47, Paris, 1969.

BONFIL BATALLA, G. **Modernización y tradicionalismo. Dialéctica del desarrollo en Cholula de Rivadavia, Puebla.**

BONFIL BATALLA, G. El concepto de indio en América: una categoría de la situación colonial. **Anales de Antropología**, Cidade do México, v. IX, p. 105-124, 1972. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/antropologia/article/view/23077>. Acesso em: 24 mai. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22201/iaa.24486221e.1972.0.23077>.

BORGOGNON, A. "Panorama indígena paraguayo", **América Indígena**, XXVIII: 4, México, 1968.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. "Estudo de áreas de fricção interétnica no Brasil", **América Latina**, v:3, Rio de Janeiro, 1962.

CARRASCO, P. "Culturas indígenas de Oaxaca", **América Indígena**, XI, 2, México, 1951.

CASO, A. "Definición del indio y lo indio", **América Indígena**, VIII: 4, México, 1948.

COMAS, J. "Razón de ser del movimiento indigenista", **América Indígena**, XIII: 2, México, 1953.

FOSTER, G. M. **Cultura y conquista**, Universidad Veracruzana, Xalapa, 1962.

FUENTE, J. de la. "Definición, pase y desaparición del indio en México." **Relaciones interétnicas**, INI, México, 1965a.

FUENTE, J. de la. "Discriminación y negación del indio", **Relaciones interétnicas**, Instituto Nacional Indigenista, México, 1965b.

FUENZALIDA, F. "La estructura de la comunidad de indígenas tradicional" In: varios autores, **La hacienda, la comunidad y el campesino en el Perú**, Col. Perú Problema, 4, Instituto de Estudios Peruanos, Lima, 1970.

GAMIO, M. "Países subdesarrollados", **América Indígena**, XVII: 4, México, 1957.

LEÓN-PORTILLA, M. "El indio en América", **América Indígena**, XXVI: 4, México, 1966.

LEWIS, O.; MAES, E. E. "Bases para una-nueva definición práctica del indio", **América Indígena**, vol. 3, México, 1945.

LIPSCHUTZ, A. **La comunidad indígena en América y en Chile**, Editorial Universitaria, Santiago de Chile, 1956.

MEMMI. **Portrait du colonisé**, Jean-Jacques Pauvert, Utrecht, 1966.

NUN, J. "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal", **Revista Latinoamericana de Sociología**, vol. 2, Buenos Aires, 1969.

POZAS, R; POZAS, I. H. **Los indios en las clases sociales de México**, Siglo XXI. México, 1971.

REDFIELD, R. "El indio en México", **Revista Mexicana de Sociología**, IV, 3, 1942.

RIBEIRO, D. **Fronteras indígenas de la civilización**, Siglo XXI, México, 1971.

Recebido em: 12/07/2023 * Aprovado em: 30/11/2023 * Publicado em: 31/12/2023